

Comissão extraordinária com a finalidade de realizar estudos e debates sobre a situação da produção e do consumo de energia de fontes renováveis no Estado; discutir políticas públicas que visem ao aumento da participação de fontes de energia renovável alternativa à hidrelétrica na matriz energética do Estado; e debater as políticas públicas destinadas à promoção do uso racional e sustentável, da proteção e da conservação dos recursos hídricos do Estado.

## **COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

### **Relatório Final**

Relator: Deputado Gil Pereira

Aprovado na comissão em 14 de dezembro de 2022

**Belo Horizonte  
2022**

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1.1 – H <sup>2</sup> V – Hidrogênio Verde.....	4
1.2 – Cemig, reposicionamento cidadão.....	5
1.2.1 – Investimentos no Norte e no Leste de Minas.....	7
1.3 – Energias renováveis e captação de investimentos.....	9
<b>2 – CONSTITUIÇÃO, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>3 – TRABALHOS DESENVOLVIDOS.....</b>	<b>12</b>
3.1 – Debate público.....	14
3.2 – Audiência de convidados e audiências públicas.....	17
3.3 – Assembleia Fiscaliza.....	22
<b>4 – RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>27</b>
<b>ANEXO I – REQUERIMENTOS APROVADOS.....</b>	<b>29</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

A reinstalação da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos no biênio 2021-2022 se justificou pelo reconhecimento, por esta Casa Legislativa, da importância da continuidade da discussão dos temas a ela atribuídos e pelo sucesso e a adesão da sociedade mineira a essas temáticas, verificados na primeira edição, em 2019-2020.

No primeiro biênio desta Legislatura a comissão se dedicou, principalmente, às questões relativas ao necessário incentivo, de âmbito fiscal e societário, à expansão da geração distribuída por meio das unidades fotovoltaicas e à cobrança insistente por maiores investimentos do sistema elétrico brasileiro na infraestrutura de distribuição do Estado, em especial das regiões Norte e Nordeste de Minas, de forma a dar suporte aos maciços investimentos privados já vislumbrados à época no segmento da geração centralizada solar fotovoltaica, além de outras fontes renováveis de energia.

No segundo biênio, porém, descortinaram-se novos cenários que redirecionaram a atuação da comissão. No campo tecnológico, o Hidrogênio Verde – H<sub>2</sub>V –, emergiu do meio acadêmico e se mostrou como caminho tecnológico de evidente importância futura, em especial por trazer como atributo a não emissão de gases de efeito estufa – GEE –, e por complementar positivamente as vantagens das diversas fontes de energia renovável.

No campo da gestão pública das políticas energéticas, a sociedade se deparou com dois fatores positivos, a consolidação do segmento fotovoltaico como a principal fonte de captação de recursos de investimento do Estado e o reposicionamento da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, que, a partir de sua própria diretoria, voltou a se apresentar como importante agente de desenvolvimento regional e de indução de políticas públicas. Paralelamente, e como efeito desse reposicionamento, a empresa se empenhou em rever seu planejamento plurianual de investimentos, trazendo hoje perspectivas bem mais amplas em relação às que vinham sendo propostas nos primeiros anos do mandato do atual governo.

A comissão se fez presente, ainda, nas complexas discussões provocadas pela escassez hídrica, em especial na área da Bacia do Rio Grande e em toda a Bacia do Rio Paraná, acentuada em 2022, o que exigiu a religação de

termoelétricas, ambientalmente questionáveis e de alto custo monetário para a sociedade, impactando a já debilitada economia doméstica do consumidor final.

Diante do exposto, passamos a apresentar com maiores detalhes cada um dos fatores citados como motivadores das atividades da comissão.

### **1.1 – H<sub>2</sub>V – Hidrogênio Verde**

As mudanças climáticas vêm onerando a sociedade com a insegurança hídrica, o que tem trazido incertezas quanto aos gigantescos investimentos públicos na geração hidroelétrica centralizada. A crescente escassez de água associada à tarefa cada vez mais complexa de gestão de recursos hídricos vem deixando aflorados não só os leitos de rios e represas, mas também a dúvida sobre a sustentabilidade, em futuro visível, do sistema elétrico brasileiro baseado no potencial hidroelétrico.

Nesse cenário, a demanda pelo suprimento energético – privado da facilidade do petróleo, em função de seu custo estratégico e ambiental; na incerteza quanto à reposição hídrica; e fragilizado pela difícil tarefa de se garantir a segurança das grandes centrais hidrelétricas e do sistema interligado –, reforça o papel cada vez mais preponderante das fontes renováveis de energia e da descentralização de sua geração.

Nesse ambiente, hostil pelas ameaças, mas fértil pelas oportunidades tecnológicas, se vislumbra a associação das energias limpas e renováveis com a versatilidade do hidrogênio. Cultuado há décadas como energético ideal, faltavam a esse combustível as características de sustentabilidade hoje preenchidas pelo Hidrogênio Verde – H<sub>2</sub>V –, ou seja, aquele produzido com eletricidade oriunda de fontes de energia limpas e renováveis, obtido sem emissão de CO<sub>2</sub>.

Os dados e as informações ofertados por convidados desta comissão no debate público sobre o H<sub>2</sub>V, detalhadamente descrito neste relatório, revelam as oportunidades de produzi-lo a partir do aproveitamento de excedentes energéticos das unidades geradoras de fontes fotovoltaica, eólica e mesmo hidroelétrica, por meio de hidrólise. Mereceu destaque, também, o imenso campo de utilização do H<sub>2</sub>V obtido por meio de reformadores de etanol, combustível renovável já distribuído em todo o território nacional e que pode, mais uma vez na história, se consolidar como fator energético estratégico.

A flexibilidade do H<sub>2</sub>V foi destacada, ainda, quando foram demonstradas as possibilidades de sua aplicação para a geração direta de energia elétrica, possibilitando a equalização energética em sistemas não contínuos ou como meio de armazenamento de energia. Além dessas possibilidades, ele pode ser ainda aplicado como insumo substituto em processos industriais tradicionais, destacando-se a síntese de amônia e seus nobres desdobramentos.

Entre essas e outras oportunidades, fica também evidenciado, no desenvolvimento dessa alternativa energética, industrial e econômica representada pelo H<sub>2</sub>V, o papel basilar dos poderes públicos, que devem atuar como facilitadores, fomentadores e partícipes, em conjunto com o setor privado, para que o Brasil, e em especial Minas Gerais, estejam inseridos como protagonistas nessa nova fronteira tecnológica.

## **1.2 – Cemig, reposicionamento cidadão**

Durante a primeira edição da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em 2019, a Cemig vinha se mostrando distante do seu papel de agente de desenvolvimento no Estado de Minas Gerais. Verificou-se, ainda, sensível acanhamento da empresa quanto aos seus planos de investimentos, que apontavam para valores máximos de R\$6 bilhões nos anos seguintes, apesar de seus próprios dirigentes à época apontarem para a necessidade de cerca de R\$21 bilhões nessa área. Esses valores foram sistematicamente registrados nas atas das audiências e dos debates promovidos por esta comissão e em eventos de prestação de contas do Executivo, como o Assembleia Fiscaliza.

Por sua vez, os parlamentares envolvidos com as questões energéticas do Estado, cobraram insistentemente o reposicionamento da empresa, ressaltando, em uníssono, a importância da atuação da gigante mineira no fomento ao desenvolvimento regional e a sua importância na modernização do Estado e de diversos segmentos econômicos mineiros.

Esse histórico, porém, foi completamente reescrito a partir de 2021, quando a Cemig se recolocou e passou a comunicar de forma clara sua importância como agente de desenvolvimento regional e seu papel no desenvolvimento das políticas públicas do Estado. Para além das palavras proferidas pelos seus dirigentes nos eventos promovidos pela comissão e nas audiências do Assembleia Fiscaliza, a

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021 da empresa traz compromissos relevantes nesse sentido, a saber:

- Estabelecimento, como objetivo central, “focar e vencer” e priorizar os investimentos em Minas Gerais;
- Anúncio de plano de investimentos com previsão de aplicação de R\$22,5 bilhões até 2025, com ênfase nas concessões de distribuição, transmissão e geração por meio de fontes renováveis;
- Repactuação do risco hidrológico com consequente homologação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, da extensão de várias concessões de geração outorgadas à Cemig, em especial as das usinas de Nova Ponte e de Emborcação, prorrogadas por aproximadamente dois anos em relação ao vencimento original, em 2025;
- Postura de protagonismo durante a pandemia de Covid 19, quando reforçou o caráter de responsabilidade social que a caracteriza historicamente, o que permitiu a priorização do atendimento sem interrupção de fornecimento de energia elétrica a hospitais e demais serviços públicos, além da adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, com o apoio direto a 425 municípios;
- Sustentação da posição de maior incentivadora da cultura em Minas Gerais.

Além do atendimento às metas de geração transmissão e distribuição, a Cemig manteve foco em várias linhas de políticas públicas com os seguintes destaques:

- Universalização do fornecimento de energia elétrica, mesmo sem o suporte de um programa federal nos moldes do antigo Luz para Todos, mas com base em oferta maciça de acesso, uma vez que a companhia assume o acesso à energia como um vetor fundamental para o desenvolvimento regional e da sociedade mineira;
- Pesquisa & Desenvolvimento Tecnológico (P&D) em energia elétrica, conforme determinação legal de aplicação anual pelas empresas concessionárias de um percentual de sua Receita Operacional Líquida – ROL (Lei nº 9.991/2000);
- Projetos de Eficiência Energética – PEE –, com destaque para a atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público;

- Cidadania corporativa e investimentos sociais, conforme já ressaltado, no atendimento emergencial da sociedade durante a pandemia, mas também em projetos específicos, a saber:
  - ✓ “Programa de apadrinhamento” na arrecadação de doações de terceiros em favor de instituições, por meio da conta de energia elétrica;
  - ✓ Programa AI6%, que incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência – FIA;
  - ✓ Programa Voluntariado Empresarial (Você) e Programa Você da Cemig, que estimulam o voluntariado.

O reposicionamento cidadão da Cemig, acima descrito, foi demanda continuada dos parlamentares desta Casa e, em especial dos membros desta comissão extraordinária, bem como essencial para o cumprimento da missão da companhia em relação ao seu mais importante investidor, o povo de Minas Gerais.

### **1.2.1 – Investimentos no Norte e no Leste de Minas**

A disparada da geração solar fotovoltaica em Minas Gerais – que hoje ocupa o primeiro lugar no País, seja na geração distribuída, seja na centralizada –, tem como base três fatores de sucesso. O primeiro está relacionado ao domínio da tecnologia pelas cadeias produtivas do setor elétrico, que resultou na ampliação de mercados e na redução continuada dos preços, facilitando o acesso da população e das empresas a esse segmento. O segundo foi a regulamentação moderna e inclusiva editada pela Aneel, em especial para o segmento dos mini e microgeradores de energia elétrica com fontes renováveis, que instituiu o sistema de compensação de créditos, permitindo ao particular a entrega da geração elétrica excedente para as distribuidoras. Por fim, e determinante para o sucesso do Estado, o terceiro fator foi a visão desta Casa que vislumbrou a importância das energias renováveis para o desenvolvimento regional, em especial das áreas do semiárido mineiro, como a região Norte de Minas. Nesse sentido, aprovou alteração da Lei do ICMS para introduzir a isenção especial do imposto para a energia gerada por mini e microgeradores por meio da fonte solar fotovoltaica, aí incluídos os equipamentos e os insumos necessários à fabricação dos componentes.

**Tabela 1 – Dados reais da fonte solar fotovoltaica**

Participação de Minas Gerais na Geração Distribuída Solar (1ª colocação no Brasil)	14,8%
Participação de Minas Gerais na Geração Centralizada – Solar Fotovoltaica:	
• Em operação (1ª colocação no Brasil)	24%
• Em construção (1ª colocação no Brasil)	37,7%
• Construção não iniciada (1ª colocação no Brasil)	43,4%
Participação na Matriz Elétrica brasileira:	
• Fonte Solar Fotovoltaica	10,2%
• Fonte Eólica	11,0%
• Fonte Biomassa e Biogás	7,9%
Crescimento da GD período 2017-2022(out)	7.608,4%
Crescimento da GC período 2017-2022(out)	592,5%
Participação da fonte Solar Fotovoltaica na Mini e Microgeração (Brasil):	
Potência instalada	98,7%
Número de conexões	99,9%

Fonte: ABSolar, 3/11/2022, <https://www.absolar.org.br/mercado/infografico/>

Em razão desses dados, as demandas e discussões desta comissão extraordinária incluem permanentemente a exigência de especial atenção de todos os atores institucionais da política energética nacional – Aneel, Empresa de Pesquisa Energética – EPE –, Operador Nacional do Sistema – ONS – e Ministério de Minas e Energia, além da Cemig, como principal concessionária do Estado – à garantia de direcionamento de recursos para a expansão da infraestrutura elétrica da região Norte de Minas e do leste mineiro, envolvendo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Os investimentos em infraestrutura elétrica nessas regiões determinarão os limites de expansão da capacidade de geração dos empreendimentos fotovoltaicos e de outras fontes renováveis no território mineiro.

Registre-se que, em atendimento aos apelos de diversos atores sociais e à lógica da demanda da economia, a Cemig revela, em prestação de contas de 2021, os seguintes números relativos aos investimentos em curso:

- 80 subestações novas ou ampliadas: crescimento de 19%;
- 2.958 km de linhas de alta-tensão: crescimento de 17%;
- 12.348 km de redes de média e baixa-tensão: crescimento de 2,4%;
- 34% dos recursos de investimentos direcionados para as regiões Norte e Leste de Minas, dos quais:
  - ✓ R\$1,06 bilhão para a região Norte;
  - ✓ R\$1,15 bilhão para a região Leste.

Tais dados representam avanços importantes para Minas Gerais e sinalizam a atenção de sua empresa energética com os interesses do Estado.

### **1.3 – Energias renováveis e captação de investimentos**

Vale registrar que grande parte dos investimentos atraídos por Minas Gerais no presente mandato do Poder Executivo está relacionada com a expansão da geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis. O destaque, mais uma vez, recai sobre a geração solar fotovoltaica.

Em exposição do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e do presidente da Cemig em eventos deste Parlamento, foram muitas as referências aos empreendimentos de geração solar fotovoltaica que pretendem se instalar ou já estão em construção no solo mineiro. Como já descrito, são fartos também os investimentos em infraestrutura elétrica no Estado, com significativa parcela dedicada ao suporte a esses empreendimentos. Cumpre ainda mencionar que a própria Cemig vem desenvolvendo projetos de geração própria, com destaque para unidades já em construção como as de Três Marias, com 2,5 MW, de Boa Esperança, de 85 MW, e Três Marias Jusante, com 70 MW de geração.

Com relação aos números do Estado, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, houve captação de cerca de R\$67,5 bilhões por ano de governo, totalizando em três anos e meio, R\$243,2 bilhões em investimentos até meados deste ano, com taxa de realização, à época, superior a 50%. Desse montante, o setor em destaque é o fotovoltaico, com R\$50,7 bilhões no período, dos quais R\$7,6 bilhões foram captados apenas em 2022.

Vale registrar, a título de informação, que das cinco maiores plantas solares do mundo, quatro estão sendo construídas, já em vias de conclusão, no Norte de Minas. Em Janaúba, recursos da ordem de R\$3 bilhões estão previstos nas obras de um complexo solar de 1,3 Gwp (gigawatts-pico) de potência instalada por parte da Brookfield Energia Renovável. A Shell Energy Brasil, por sua vez, prevê investimento de aproximadamente R\$7 bilhões na implantação de plantas solares, com 1,4 GWp de potência instalada em Janaúba e em outros municípios da mesma região. No município de Jaíba, o Projeto Sol do Cerrado, da Vale S/A, iniciou geração de energia com potência instalada de 766 MWp, o equivalente ao consumido por uma cidade com 800 mil habitantes. O empreendimento recebeu cerca de R\$3 bilhões em investimentos. Por fim, o Parque Solar Hélio Vargas, localizado em Várzea da Palma,

produzirá energia limpa com capacidade para iluminar 710 mil lares e atender a 2 milhões de pessoas. O investimento total é de R\$ 2 bilhões de reais.

Tais valores consolidam a importância econômica e social das energias renováveis no Estado e ratificam todas as decisões já tomadas no sentido de incentivar esse mercado e de conferir a Minas Gerais infraestrutura robusta para suportar a expansão de geração elétrica por meio de fontes de energia renováveis.

## 2 – CONSTITUIÇÃO, OBJETIVOS E COMPOSIÇÃO

Em 2/6/2021, a Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou decisão por meio da qual constituiu a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, com duração de um ano, prorrogável por uma vez<sup>1</sup>. A comissão foi instituída com o objetivo de:

I – realizar estudos e debates sobre a situação da produção e do consumo de energia de fontes renováveis no Estado;

II – discutir políticas públicas que visem ao aumento da participação de fontes de energia renovável alternativa à hidrelétrica na matriz energética do Estado;

III – debater as políticas públicas destinadas à promoção do uso racional e sustentável, da proteção e da conservação dos recursos hídricos do Estado.

Em 15/6/2021, a Presidência comunicou a indicação, pelos líderes dos blocos parlamentares constituídos na Casa, dos membros efetivos e suplentes da comissão.

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Dep. Gil Pereira (presidente)	Dep. João Magalhães
Dep. Tito Torres (vice-presidente)	Dep. Roberto Andrade
Dep. Arnaldo Silva	Dep. Duarte Bechir
Dep. Betinho Pinto Coelho	Dep. Guilherme da Cunha
Dep. Virgílio Guimarães	Dep. Gustavo Santana

As atividades da comissão tiveram início em 22/6/2021, em reunião especial, na qual foram eleitos os deputados Gil Pereira, presidente, e Tito Torres, vice-presidente.

1 Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DCM/39/2021/>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

### 3 – TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Nos anos de 2021 e 22, os trabalhos da comissão se desenvolveram por meio de duas audiências públicas, um debate público e três reuniões do Assembleia Fiscaliza, além da apresentação de 58 requerimentos. A Tabela 2 apresenta uma relação dos eventos do biênio.

**Tabela 2 – Eventos da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos**

Reunião	Data	Tipo	Local	Finalidade
1	22/6/21	Reunião Especial	ALMG	Eleger o presidente e o vice-presidente.
2	01/7/21	Reunião Conjunta	ALMG	Prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, com destaque para as ações adotadas no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e na mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras.
3	07/7/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão
4	13/7/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
5	11/8/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
6	15/9/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Debater a crise hídrica nacional, anunciada pelos órgãos e instituições competentes, e suas repercussões em Minas Gerais, particularmente no Vale do Aço, no Vale do Rio Doce e no Norte de Minas, bem como debater medidas para sua prevenção e enfrentamento.
7	22/9/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Debater a oportunidade de o Sistema Ocemg apresentar o Projeto de Energia Fotovoltaica do Cooperativismo Mineiro – Minascoop Energia, o qual visa estimular e orientar as cooperativas mineiras a implantar usinas de energia fotovoltaica e a doar parte da energia gerada para instituições filantrópicas de sua livre escolha sediadas nas regiões do Estado onde as cooperativas atuam.
8	05/10/21	Reunião Especial	ALMG	Debater as perspectivas para o Hidrogênio Verde no Brasil, as oportunidades e os desafios para o crescimento dessa fonte de energia em Minas Gerais.

Reunião	Data	Tipo	Local	Finalidade
9	13/10/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
10	17/11/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
11	23/11/21	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
12	09/12/21	Reunião Conjunta	ALMG	Prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.
13	16/2/22	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
14	31/3/22	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
15	11/5/22	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
16	21/6/22	Reunião Extraordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
17	5/7/22	Reunião Conjunta	ALMG	Prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

A seguir são descritos resumidamente os principais eventos promovidos pela Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos no biênio 2021/2022, com a identificação dos temas tratados. A relação dos requerimentos aprovados consta no Anexo I.

### 3.1 – Debate público

**5/10/2021 – Debater as perspectivas para o Hidrogênio Verde no Brasil, as oportunidades e os desafios para o crescimento dessa fonte de energia em Minas Gerais.**

A finalidade desse debate público foi discutir as perspectivas para o hidrogênio verde no Brasil, além das oportunidades e dos desafios para o crescimento desta fonte de energia em Minas Gerais.

O hidrogênio verde, que é produzido com a utilização de fontes de energia renováveis, como a eólica e a solar, é considerado essencial para o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países signatários do Acordo de Paris. Esse pacto tem por objetivo é substituir os combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) por fontes de energia renováveis e garantir a estabilização do aumento da temperatura média global, de modo a se evitar uma catástrofe climática em escala planetária.

Um dos convidados, o gerente de Inovação, Energia e Sustentabilidade da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, Ansgar Pinkowski, detalhou que os países desenvolvidos se comprometeram a descarbonizar suas economias até 2050, mas não têm fontes renováveis de energia em quantidade suficiente para tal. Por isso, na avaliação dele, o Brasil teria todas as condições para se destacar na produção de hidrogênio verde, considerado o combustível do futuro. Porém, para isso, precisaria entender as oportunidades que se abrem em meio ao processo de descarbonização da economia mundial e liderar o processo de transformação energética. De acordo com o especialista, até 2030 serão realizados em todo o mundo investimentos da ordem de 140 bilhões de euros em empreendimentos limpos.

Já o diretor de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, Carlos Alexandre Pires, disse que o Plano Nacional de Energia considera o hidrogênio como tecnologia disruptiva. Ele informou que o Programa Nacional do Hidrogênio inseriu esse novo combustível no planejamento energético de longo prazo, baseado na interação entre governo, universidades e indústrias.

Por sua vez, o presidente da Câmara Setorial de Energias Renováveis do Ceará, Jurandir Picanço, ressaltou que naquele estado as negociações para viabilizar investimentos nessa área estão mais avançadas. Esclareceu que o Hub de Hidrogênio Verde cearense iria aproveitar o potencial de energias renováveis do Nordeste, a estrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecem e a proximidade relativa com a Europa para atrair empreendedores. Detalhou que o projeto já chamava atenção de empresas estrangeiras, como White Martins, Fortescue, Qair e Neoenergia; e que a portuguesa EDP já tinha anunciado o projeto-piloto da primeira usina de

hidrogênio verde do Brasil, com investimentos de R\$41,9 milhões, para substituir uma usina a carvão que opera no Porto do Pecem.

Representando o governo de Minas, Ronaldo Barquete, diretor de Atração de Investimentos do Instituto de Desenvolvimento Integrado (Indi), salientou que era preciso mostrar o potencial mineiro nesse segmento e atrair empresas para a cadeia produtiva do hidrogênio. Ele citou, entre outros atributos, o grande mercado consumidor e o potencial produtivo de energias renováveis. Outros desafios, segundo ele, seriam regular o setor, incluindo o hidrogênio nas normas já existentes para energias renováveis, e buscar financiamento para os projetos nessa área.

O hidrogênio verde é produzido a partir da eletrólise da água, em um processo que ainda custa caro, de acordo com o sócio-diretor da D3 Energias Renováveis, José Carvalho Neto. Ele informou que atualmente o custo de produção de um quilo do material é de 3,5 dólares, mas esse valor pode ficar abaixo de um dólar em 2050. Calculou ainda que, para zerar as emissões de gás carbônico em todo o mundo, seria necessária a produção de 600 milhões de toneladas de hidrogênio verde por ano.

O empresário também lembrou que o hidrogênio verde pode ser utilizado como matéria-prima na produção de fertilizantes e para substituir o carvão mineral que abastece as usinas siderúrgicas. No futuro, anteviu que poderá ser o combustível de caminhões pesados, navios e aviões. Nos Estados Unidos, de acordo com ele, as principais aplicações previstas eram a geração de eletricidade e o aquecimento residencial. Além disso, o hidrogênio era visto como alternativa para estocar a energia produzida por usinas eólicas e solares.

A especialista em Energias Renováveis do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, Igly Serafim, pontuou que a estratégia adotada naquele país para o hidrogênio consiste no desenvolvimento de *hubs* que agregariam desenvolvimento tecnológico, produção, transporte, armazenamento e utilização do material. Detalhou que Los Angeles pretendia ser o primeiro desses *hubs*, abastecido por uma usina localizada em Utah. Essa usina substituiria uma outra, movida a carvão mineral, e armazenaria o hidrogênio produzido em cavernas de sal localizadas em seu subsolo. A convidada vislumbrou que a primeira turbina do chamado Intermountain Power Project para geração de energia com hidrogênio e gás natural deve entrar em operação em 2025, e que a partir de 2045 toda a sua eletricidade virá do hidrogênio.

O presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, deputado Gil Pereira, que solicitou a realização do debate, lembrou que a inclusão de imensas parcelas da população no mercado consumidor levou a uma elevação do consumo de energia. Segundo ele, esse aumento de demanda, combinado com os efeitos das mudanças climáticas que ameaçam os reservatórios das usinas hidrelétricas, deu maior importância às fontes renováveis, como o hidrogênio verde. Assim, seria urgente que os setores públicos e privados estabelecessem as parcerias necessárias para a inclusão do Brasil nessa cadeia produtiva, afirmou o parlamentar.

O deputado Antonio Carlos Arantes defendeu as energias limpas e a busca pela diversificação da nossa matriz energética.

Ao final do debate, foi lançada a Carta das Minas e Energias Gerais, contendo os pilares e os objetivos para a produção do hidrogênio verde e sua introdução na matriz energética nacional, além de recomendações aos poderes públicos diante das vantagens competitivas de Minas.

O documento cita o cenário de mudanças climáticas, a crescente demanda por energia e o grande desenvolvimento tecnológico como uma oportunidade para a associação das energias limpas e renováveis com a versatilidade do hidrogênio. Reforça que o Brasil, e em especial Minas Gerais, deve abraçar as oportunidades e as potencialidades do hidrogênio verde e liderar esse novo mercado na América do Sul e no mundo. Esse esforço teria como objetivo, entre outros, o posicionamento estratégico no mercado mundial e a mitigação das emissões de carbono.

O aumento de competitividade dos produtos mineiros e o desenvolvimento de uma cadeia de suprimentos também são citados na carta, que menciona, ainda, a necessidade de incentivo e investimento em tecnologia para que Minas Gerais produza o silício grau solar e eletrônico em seu território e, consequentemente, as placas fotovoltaicas.

Aos poderes públicos, a carta recomenda, entre outras ações, a elaboração de *roadmap*, uma espécie de roteiro para o desenvolvimento da cadeia produtiva do hidrogênio verde, com a finalidade de orientar as ações governamentais e a regulamentação do setor. Também propõe a criação da Agência Estadual de Energia, para coordenar os esforços nesse segmento, como a promoção de ambiente favorável e atrativo para o desenvolvimento da cadeia de valor do hidrogênio,

inclusive com estímulos tributários; apoio a projetos de pesquisa; e regulamentação do transporte do hidrogênio verde nas linhas de distribuição de gás natural.

### **3.2 – Audiência de convidados e audiências públicas**

**15/9/2021 – Debater a crise hídrica nacional, anunciada pelos órgãos e instituições competentes, e suas repercussões em Minas Gerais, particularmente no Vale do Aço, no Vale do Rio Doce e no Norte de Minas, bem como debater medidas para sua prevenção e seu enfrentamento.**

A vice-presidente de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – ABSolar –, Bárbara Rubim, uma das convidadas, avaliou que, em meio ao cenário de escassez de chuvas, a energia solar despontava como alternativa para garantir o suprimento de eletricidade e evitar o risco de racionamento. Ela ressaltou que a energia solar é uma fonte resiliente aos eventos climáticos extremos e deveria ser utilizada em larga escala para minimizar os impactos da crise hídrica enfrentada na ocasião.

A representante da ABSolar também ponderou que, além de preservar os reservatórios das hidrelétricas, a adoção da energia solar poderia reduzir a utilização das usinas termelétricas, que têm alto custo de operação. Ela lembrou que, na prática, o racionamento de energia ocorre da maneira mais perversa, com aumento de preços, referindo-se à bandeira tarifária de escassez hídrica.

Bárbara Rubim informou que, em 2020, o Brasil ampliou a capacidade instalada de geração de energia solar em 3,1 GW, e que a potência instalada em todo o País era de 10,4 GW em 2021. Enfatizou que Minas Gerais é o maior produtor nacional de energia solar, com 18,4% do total. Segundo ela, a construção de uma política pública voltada para o momento de crise vai resultar em uma resposta do setor, que entregará mais projetos.

O diretor da Cemig Geração e Distribuição, Thadeu Carneiro da Silva, por sua vez, esclareceu que uma das diversas medidas tomadas pela Cemig para enfrentar a crise hídrica foi justamente o investimento em energias renováveis. Ele observou que já estava em andamento a licitação para aquisição dos equipamentos de uma usina solar flutuante na Represa de Três Marias, na Região Central, cujo impacto

ambiental seria mínimo e cuja instalação contribuiria para reduzir a evaporação do reservatório da hidrelétrica.

Conforme dados compilados pelo Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet – o panorama climático da Região Sudeste vinha se compondo por chuvas irregulares, secas pronunciadas e temperaturas cada vez mais altas. Esse quadro foi trazido à audiência pelo coordenador do 5º Distrito de Meteorologia, Lizandro Gemiacki. Ele também apresentou estatísticas que evidenciavam que o início das estações chuvosas tem tido atrasos nos últimos anos, o que significa estações secas mais prolongadas e menor volume de precipitação nos meses de outubro e novembro. Além disso, os episódios de chuvas contínuas por dias seguidos, antes comuns na região, têm diminuído, dando lugar a pancadas intensas concentradas em poucos dias do ano, de acordo com o Inmet. Paralelamente, os chamados veranicos – quando para de chover em plena estação chuvosa – têm se tornado cada vez mais intensos.

O coordenador apontou que poderia acontecer qualquer coisa acima ou abaixo da média climatológica e que, por isso, a solução seria estarmos preparados para os piores cenários. Na avaliação dele, era preciso se pensar em estratégias de armazenamento de água, como barragens e barraginhas, para lidar com os períodos de escassez, que vêm se tornando cada vez mais comuns.

Já o superintendente substituto da Companhia de Desenvolvidimentos dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – em Montes Claros, George Fernando de Britto, esclareceu que no Norte de Minas, região do Estado mais castigada pela seca, a Codevasf atua em três grandes frentes: revitalização do Rio São Francisco, com cercamento de nascentes e veredas e tratamento de esgoto; instalação de cisternas para aproveitamento da água da chuva; e construção de barragens. O reservatório mais importante em andamento é o do Rio Jequitaiá, que vai permitir a irrigação de 35 mil hectares. Porém, segundo ele, o projeto esbarra na falta de recursos.

A primeira etapa do empreendimento vai exigir investimentos da ordem de R\$482,8 milhões, destacou o superintendente. Já foram gastos R\$176 milhões na obra. Por isso, defendeu que é preciso incentivar os deputados a destinarem recursos de emendas orçamentárias a ações de preservação e geração de recursos hídricos.

No âmbito do governo do Estado, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – desenvolve o Plano Mineiro de Segurança Hídrica, salientou o seu

diretor-geral, Marcelo da Fonseca. Ele detalhou que esse plano consiste na definição de áreas prioritárias para atuação do Estado, seguida da estruturação de um banco de projetos executivos e da captação de recursos para execução de obras de infraestrutura.

Já os deputados que participaram da audiência pública manifestaram sua apreensão com a grave situação de escassez de chuvas daquele período, o que poderia comprometer a agricultura e a geração de energia. O presidente da comissão, deputado Gil Pereira, que solicitou a realização do debate, ressaltou que a crise hídrica daquele momento era a pior dos últimos 91 anos e que a segurança hídrica é indispensável para o desenvolvimento de qualquer nação. O parlamentar lembrou que o Norte de Minas estava havia 139 dias sem chuva e a seca severa prejudicava as usinas hidrelétricas em várias regiões do Estado, especialmente as localizadas no Rio Grande. Ele ainda chamou atenção para o aumento da conta de luz e defendeu a ampliação da oferta de energia solar.

Também autor do requerimento para a realização da reunião, o deputado Celinho Sintrocel demonstrou preocupação com a situação das Bacias dos Rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri. Ele defendeu a discussão de soluções para a crise hídrica de maneira a se evitar a repetição do problema no futuro.

O deputado Carlos Pimenta pontuou a gravidade da situação no Norte de Minas e defendeu a elaboração de um programa emergencial para atender a região. Ele alertou que os rios estavam secos e as barragens em nível crítico.

Por seu turno, o deputado Virgílio Guimarães defendeu a continuidade da construção do reservatório de Jequitaiá, por meio de um consenso entre os deputados na mobilização de recursos para obras prioritárias. Assim, ele disse acreditar que essa tão sonhada barragem seria concluída.

**22/9/2021 – Debater a oportunidade de o Sistema Ocemg apresentar o Projeto de Energia Fotovoltaica do Cooperativismo Mineiro – Minascoop Energia, o qual visa estimular e orientar as cooperativas mineiras a implantar usinas de energia fotovoltaica e a doar parte da energia gerada para instituições filantrópicas de sua livre escolha sediadas nas regiões do Estado onde as cooperativas atuam.**

O projeto, que concilia cooperativismo, filantropia e expansão da energia solar fotovoltaica, beneficia hospitais filantrópicos em todo o Estado com a

doação de parte da energia gerada em usinas desse tipo construídas por cooperativas. Foi viabilizado mediante acordo entre a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, o Sindicato e a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg – e a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais.

De acordo com um dos convidados, o diretor da Cemig Distribuição, Marney Tadeu Antunes, o planejamento estratégico da companhia prevê a construção de mais 200 subestações transformadoras de energia nos próximos cinco anos, com o objetivo de atender ainda mais clientes rurais e usinas. Segundo ele, não existia problema de espaço para se erguerem usinas solares, mas, sim, de conexão. O diretor detalhou que elas têm de ser conectadas a subestações que, às vezes, precisam ser construídas. O custo delas é que inviabilizaria o fornecimento de energia, segundo ele, pois o investimento é alto para isso. Mas explicou que é função da Cemig fornecer a infraestrutura para possibilitar a ligação do interessado.

O convidado acrescentou que a companhia também atuava na construção de usinas solares em hospitais filantrópicos no interior do Estado e ainda na substituição de lâmpadas comuns por outras mais econômicas nessas instituições. Essa providência, de acordo com ele, reduziria o consumo nesses locais, que, muitas vezes, sofrem para pagar suas contas de energia.

Já o superintendente do Sistema Ocemg, Alexandre Gatti Lages, apresentou várias cooperativas regionais que estão construindo ou já construíram suas usinas solares e escolheram entidades filantrópicas da mesma região para doar parte da energia solar por elas gerada. Ele destacou que a Santa Casa de Belo Horizonte seria beneficiária de uma usina que a Central de Cooperativas estava construindo em Sete Lagoas, na região Central. Informou ainda que existia um projeto de construir outras nas cidades de Cristália e Botumirim, a 180 quilômetros de Montes Claros, na região Norte, de onde parte da energia gerada também seria doada à Santa Casa da Capital. Segundo ele, essas unidades seriam instaladas em áreas não produtivas de famílias carentes que foram arrendadas pelo sistema Ocemg. Dessa forma, explicou, não seria preciso desmatar os locais, e essas famílias teriam uma renda mensal.

O presidente da Ocemg, Ronaldo Ernesto Scucato, destacou que a instituição é signatária do Pacto Global da ONU, entre cujos 17 objetivos está a produção de energia limpa e renovável, um dos principais objetivos desse projeto.

O vice-presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais, Daniel Porto Soares, agradeceu à Cemig e à Ocemg

pelo projeto e destacou que, com a crise hídrica, o custo com eletricidade nos hospitais filantrópicos aumentaria bastante. Ele disse acreditar em cerca de 25% de impacto no custo da energia, para o qual não haveria um correspondente aumento de receita.

Autor do requerimento para a realização da reunião, o deputado Antonio Carlos Arantes elogiou a iniciativa, que considerou vitoriosa. Ele ressaltou que a Santa Casa é uma das poucas instituições no País dedicadas a atender os mais pobres e necessitados, mas seus recursos são limitados para suas necessidades infinitas.

Os deputados Virgílio Guimarães e Carlos Pimenta também enalteceram a iniciativa, dando destaque para o fato de que, por causa do cenário climático no qual o planeta se encontra, investir em energia limpa é fundamental.

Para o superintendente de Política Minerária, Energética e Logística da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Marcelo Ladeira Moreira da Costa, o grande desafio nessa área é diversificar a cadeia da produção fotovoltaica em Minas, para que o Estado não dependa tanto de peças estrangeiras. Também lembrou da importância de se investir em formas de armazenamento desse tipo de energia e em maior difusão de informações para aumentar a participação das administrações municipais.

O coordenador em Minas Gerais da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – Absolar –, Bruno Catta Preta Pereira, destacou as vantagens da energia fotovoltaica: é mais limpa, sua instalação é rápida e contribui para diminuir o preço da energia hidroelétrica, além de reduzir a volatilidade dos preços no setor. Ressaltou também que seu potencial de crescimento no Brasil é exponencial e que Minas se mantém no topo da geração distribuída solar do País.

O presidente da comissão, deputado Gil Pereira, questionou o diretor da Cemig quanto à possibilidade de antecipação das 20 subestações previstas para o Norte de Minas. De acordo com o parlamentar, muitas plantas já estavam prontas, mas não conectadas.

Em resposta, o diretor pontuou que a antecipação nesse caso seria difícil devido à dificuldade no fornecimento de materiais e à falta de mão de obra treinada, situação agravada pela pandemia.

### **3.3 – Assembleia Fiscaliza**

O Assembleia Fiscaliza é um processo de prestação de contas em que secretários de Estado e dirigentes de entidades da administração direta e indireta devem comparecer a reuniões das comissões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para fornecer informações sobre a gestão de suas respectivas áreas. O processo foi criado pela Emenda Constitucional 99, de 12/3/19, e disciplinado pela Deliberação da Mesa 2.705, de 24/4/19 (e suas modificações).

Em 2021, houve dois ciclos do Assembleia Fiscaliza. O primeiro, de avaliação do período janeiro-junho, foi realizado entre 28/6 e 2/7/2021; já o segundo, referente aos meses de julho a dezembro, ocorreu entre 29/11 e 13/12/2021. Em 2022, o primeiro ciclo foi realizado entre os dias 30/6 e 5/7/2022, e o segundo está programado para o corrente mês.

Nos itens que se seguem, descreveremos os temas priorizados por esta comissão para debate com as autoridades estaduais e os desdobramentos de cada uma das discussões.

**1º/7/2021 – Prestar informações sobre a gestão da secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, com destaque para as ações adotadas no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e na mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras.**

Nessa data, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos participou como convidada de reunião conjunta do Assembleia Fiscaliza protagonizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo foi a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado do órgão para a retomada das atividades rotineiras no Estado. Também foram convidadas para a reunião as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e Extraordinária das Privatizações.

Além do secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio de Avelar, também o presidente da Cemig, Reynaldo Passanezi Filho, participou da reunião do Assembleia Fiscaliza. Na oportunidade, o deputado Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, solicitou que a estatal priorize investimentos em energia fotovoltaica e termelétrica nas regiões menos desenvolvidas do Estado. Já o deputado Guilherme da Cunha cobrou da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – um amplo programa de eficiência energética para enfrentar a ameaça nacional de um novo apagão de energia na ocasião. Em resposta, o presidente da empresa fez um apelo pelo consumo consciente de energia e relatou investimentos para poupar energia na iluminação de estabelecimentos públicos.

**9/12/2021 – Prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.**

Nessa data, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos participou como convidada de reunião conjunta do Assembleia Fiscaliza protagonizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo foi a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sedese –, com o intuito de ampliar o papel fiscalizador do Legislativo estadual. Também foram convidadas as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e Extraordinária das Privatizações. Na ocasião, os questionamentos dos deputados foram direcionados ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, e ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, Reynaldo Passanezi Filho.

O deputado Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, ressaltou a especial relevância da questão hídrica e energética para o Norte de Minas, em razão de suas condições climáticas. Nesse sentido, reivindicou que parte das 200 subestações da Cemig

previstas para execução até 2027 em várias partes do Estado – das quais 80 até 2022 – chegassem antes à região.

O parlamentar também demandou mais investimentos em energia solar fotovoltaica, além de agilidade nos estudos para a implantação de gasoduto entre os municípios de Sete Lagoas, na região Central, e Montes Claros, por parte da Sedese e da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig. Quanto à questão hídrica, reivindicou empenho do governo e mais rapidez nas obras do empreendimento da Barragem de Jequitaiá, para benefício de diversos municípios da região Norte do Estado.

O secretário Fernando Passalio pontuou que obras de captação do Rio São Francisco – com adutora passando por Ibaí e Coração de Jesus – vão amenizar a triste realidade de seca e de falta de água em Montes Claros e região. Também em resposta aos questionamentos, ele destacou que já houve avanços em ações do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, como a implantação, entre junho e dezembro de 2021, do Sistema Integrado de Abastecimento de Água – Sias – em 45 municípios, o que teria aliviado a situação de famílias que dependiam de caminhão-pipa.

Por outro lado, ele argumentou que a geração de energia solar teve sua meta atingida por Minas Gerais antes do previsto. Mas frisou que se dispunha a receber sugestões para aprimoramento do plano de energia elétrica do Estado.

Sobre as demandas apresentadas para o setor de energia, o presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, Reynaldo Passanezi Filho, informou que um terço dos recursos previstos em programa de investimentos será destinado para o Norte de Minas.

**5/7/2022 – Prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.**

Nessa data, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos participou como convidada de reunião conjunta do Assembleia Fiscaliza protagonizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo foi a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Econômico – Sedese – e da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – em 2022, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio. Também foram convidadas as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e Extraordinária das Privatizações. Os questionamentos dos deputados foram direcionados ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, e ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, Reynaldo Passanezi Filho.

Entre outros temas da reunião, o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, abordou os investimentos em energia solar, que, segundo ele, somaram R\$7,6 bilhões em 2022. Na avaliação do gestor, Minas Gerais tem a maior potência instalada de geração de energia fotovoltaica entre os estados brasileiros, com mais de 2,5 MW, o que corresponde a 16,8% da produção nacional.

Na mesma linha, o diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, Reynaldo Passanezi Filho, ressaltou a potencialidade de avanço na produção de energias renováveis se fossem aliados os processos de produção da energia solar aos do hidrogênio verde.

No âmbito das temáticas da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, foram aprovados os seguintes requerimentos ao final da audiência do Assembleia Fiscaliza:

#### Requerimento de Comissão nº 12.854, de 2022

Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja priorizada a área de atuação do Idene na execução do Plano de Investimentos da Cemig, contemplando a construção de subestações, a expansão da distribuição de energia, a implantação do Programa Minas Trifásico, a energização de poços artesianos por meio de energia solar e a ampliação da conexão da rede com os mini e microprodutores de energias renováveis. O presente requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta desta comissão com a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e a Comissão de Minas e Energia que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022,

no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Autoria: Deputado Gil Pereira

#### Requerimento de Comissão nº 12.850, de 2022

Requer seja encaminhado à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que seja efetivada a construção de um gasoduto ligando os Municípios de Sete Lagoas e Montes Claros, no norte de Minas, salientando-se que este requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta desta comissão com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Sede e da Cemig em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Autoria: Deputado Gil Pereira

#### **4 – RECOMENDAÇÕES**

Consideradas as informações relevantes e cenários futuros, recomenda-se a apresentação de requerimentos às autoridades e aos órgãos citados com os seguintes teores:

- à Sede, a promoção de políticas públicas de formação técnica e educacional com foco na formação de profissionais habilitados para atuação nos diversos segmentos das cadeias produtivas do setor energético de base renovável, em especial solar fotovoltaica;
- à Cemig e à Aneel, Cemig, a manutenção da atenção institucional para as funções sociais da empresa;
- ao Ministério de Minas e Energia, a oferta de financiamento a juro zero, para instalação de unidades de microgeração solar fotovoltaica, destinado a inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico;
- à Sede, a atuação planejada e objetiva Estado no incentivo à produção de H<sub>2</sub>V e ao desenvolvimento da cadeia produtiva no entorno desse segmento;

- à Sede, o estímulo à regulação pela Aneel e ao desenvolvimento de empreendimentos que integrem fontes de energia renovável, como solar fotovoltaica e eólica, com a produção de H<sub>2</sub>V;
- à Sede e à Cemig, a promoção de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento nos campos da ciência energética, da sustentabilidade e da mitigação das mudanças climáticas, com base na transição energética da economia mineira;
- à Sede, a oferta de suporte à captação investimentos e à sua conversão em empreendimentos que contribuam com a descarbonização da economia nacional e mineira;
- ao presidente da Assembleia de Minas, a manutenção de estratégias para sustentação desta Casa como fórum nacional para a discussão de energias renováveis e do Estado de Minas Gerais como vanguarda nacional nesse segmento;
- ao presidente da Assembleia de Minas, a reinstalação, no biênio 2023-2024, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos.

## ANEXO I – REQUERIMENTOS APROVADOS

Proposição	Ementa	Autoria	Data da aprovação
RQC 9.420/2021	Requer seja realizada audiência pública para debater os projetos e as perspectivas da Cemig para atendimento às demandas de geração distribuída de energia.	Deputado Gil Pereira	7/7/2021
RQC 9.415/2021	Requer seja realizada audiência pública para debater com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e o presidente da Eletrobrás e do Conselho do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS – a crise hídrica e a utilização das energias renováveis como parte da solução para esse grave problema climático.	Deputado Gil Pereira	7/7/2021
RQC 9.414/2021	Requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Ministério da Economia pedido de providências para a inclusão da área mineira da Sudene no projeto Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste - PCRCP -, projeto de R\$1.000.000.000,00 lançado pelo Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola – Fida –, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e com o Ministério da Economia, com o objetivo de capacitar produtores rurais e aumentar a segurança alimentar no semiárido do Nordeste.	Deputado Gil Pereira	7/7/2021
RQC 9.403/2021	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a oportunidade de o Sistema Ocemg apresentar o Projeto de Energia Fotovoltaica do Cooperativismo Mineiro – Minascoop Energia –, o qual visa estimular e orientar as cooperativas mineiras a implantar usinas de energia fotovoltaica e a doar parte da energia gerada para instituições filantrópicas de sua livre escolha sediadas nas regiões do Estado onde as cooperativas atuam.	Deputado Antonio Carlos Arantes	7/7/2021
RQC 9.177/2021	Requer sejam encaminhados à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para agilizar a inserção de manilhas no Rio Gorutuba e cópia do Projeto Rio Gorutuba, que propõe a revitalização do rio e a inserção de manilhas nesse curso d'água.	Deputado Gil Pereira	7/7/2021
RQC 9.566/2021	Requer seja realizada audiência pública para debater as perspectivas para florestas plantadas – biomassa florestal – no Estado, visando à produção de energia.	Deputado Gil Pereira	13/7/2021

RQC 9.565/2021	Requer seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos pedido de providências para preservação de propriedade localizada no Município de Montes Claros, no Distrito de Nova Esperança, declarada pelo Instituto Estadual de Florestas como Área de Proteção Ambiental e incluída no Decreto de Ampliação do Parque Estadual da Lapa Grande, a qual se encontra em posse da Associação Estrela Brilhante.	Deputado Gil Pereira	13/7/2021
RQC 9.564/2021	Requer seja realizada audiência pública para debater as perspectivas para o hidrogênio verde no Brasil e as oportunidades e desafios para o crescimento dessa fonte de energia em Minas Gerais.	Deputado Gil Pereira	13/7/2021
RQC 9.563/2021	Requer seja encaminhado ao Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para implantação de energia solar em todas as bases do Consórcio Intermunicipal da Rede Urgência e Emergência do Norte de Minas – Cisrun-Samu Macro Norte –, visando à economia de recursos públicos e à sustentabilidade ambiental.	Deputado Gil Pereira	13/7/2021
RQC 9.816/2021	Requerem seja realizado debate público sobre perspectivas para o hidrogênio verde no Brasil e oportunidades e desafios para o crescimento dessa fonte de energia no Estado.	Deputado Gil Pereira  Deputado Tito Torres  Deputado Betinho Pinto Coelho	11/8/2021
RQC 9.815/2021	Requerem seja realizada visita da comissão ao Fórum Internacional de Hidrogênio, a ser realizado na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, em 24 e 25 de novembro de 2021, em Fortaleza.	Deputado Gil Pereira  Deputado Tito Torres  Deputado Betinho Pinto Coelho	11/8/2021
RQC 9.814/2021	Requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que as escolas do Norte de Minas sejam priorizadas no Programa de Eficiência Energética nas Escolas.	Deputado Gil Pereira  Deputado Tito Torres  Deputado Betinho Pinto Coelho	11/8/2021
RQC 9.811/2021	Requerem seja realizada audiência pública para discutir a crise hídrica nacional, anunciada	Deputado Celinho	11/8/2021

	pelos órgãos e instituições competentes, e suas repercussões em Minas Gerais, particularmente no Vale do Aço, no Vale do Rio Doce e no Norte de Minas, bem como debater medidas para sua prevenção e enfrentamento.	Sintrocel Deputado Gil Pereira	
RQN 9.250/2021  (RQC 10.178/2021)	Requer seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA – pedido de providências para que sejam flexibilizadas as regras federais relativas à autorização para construção de barragens para reservação de águas pluviais, cada vez mais necessárias no quadro atual de escassez hídrica e mudanças climáticas.	Deputado Gil Pereira	15/9/2021
RQN 9.249/2021  (RQC 10.179/2021)	Requer seja encaminhado aos deputados por Minas Gerais, no Congresso Nacional, pedido de providências para que sejam alocados R\$212 milhões ao orçamento da Codevasf, necessários à conclusão da Barragem de Jequitaiá.	Deputado Gil Pereira	15/9/2021
RQN 9.248/2021  (RQC 10.180/2021)	Requer seja encaminhado aos parlamentares por Minas Gerais, no Congresso Nacional, pedido de providências para que sejam alocados recursos financeiros da ordem R\$36,5 milhões, necessários à contratação de projetos constantes da seleção de eixos barráveis estudados pela Codevasf, em território mineiro, e, posteriormente, para contratação das obras.	Deputado Gil Pereira	15/9/2021
RQN 9.247/2021  (RQC 10.181/2021)	Requer seja encaminhado aos deputados federais e senadores da República por Minas Gerais pedido de providências para que sejam alocados recursos financeiros no orçamento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba para a continuação, no território mineiro, das ações do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Programa Água para Todos.	Deputado Gil Pereira	15/9/2021
RQN 9.246/2021  (RQC 10.182/2021)	Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja implantado o Programa Energia Solar para Gerar Água, conforme descrito no Projeto de Lei nº 3.120/2021, que tem como objetivo ofertar soluções para a energização de poços tubulares profundos de uso comunitário para abastecimento público e de pequenos empreendimentos, por meio de geração de energia solar fotovoltaica ou outra fonte de energia renovável local, em sistemas "off-grid" ou "on-grid".	Deputado Gil Pereira	15/9/2021
RQN 9.245/2021	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja	Deputado Gil Pereira	15/9/2021

(RQC 10.183/2021)	decretada a isenção de ICMS sobre o valor da bandeira de escassez hídrica para os consumidores beneficiados com tarifa social de energia elétrica.		
RQN 9.244/2021  (RQC 10.184/2021)	Requer seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pedido de providências para que seja implantado o programa Energia Solar para Gerar Água, conforme descrito no Projeto de Lei nº 3.120/2021, apresentado nesta Casa, que tem como objetivo ofertar soluções para energização de poços tubulares profundos de uso comunitário para abastecimento público e de pequenos empreendimentos por meio de geração de energia solar fotovoltaica, ou outra fonte de energia renovável local, em sistemas "off-grid" ou "on-grid".	Deputado Gil Pereira	15/9/2021
RQC 10.185/2021	Requer seja realizada audiência pública para debater a crise hídrica nos municípios da Bacia do Rio Doce, particularmente aqueles atingidos pela tragédia de Mariana, as medidas de combate imediato e permanente à escassez de água e a recuperação dos mananciais hídricos do Vale do Rio Doce.	Deputado Celinho Sintrocel	15/9/2021
RQN 9.542/2021  (RQC 10.270/2021)	Requer seja encaminhado ao Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg – pedido de providências para que disponibilize energia fotovoltaica no programa Minascoop Energia, promovido por essa entidade, para a Santa Casa, o Hospital Aroldo Tourinho e o Hospital Universitário Clemente de Faria – Unimontes –, todos situados em Montes Claros.	Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos	22/9/2021
RQC 10.455/2021	Requer seja realizada visita à construção da captação, estação de tratamento de água e aqueduto da Copasa Ibiaí/Montes Claros, no Município de Ibiaí, para acompanhamento do andamento da obra e discussão do projeto de construção de variante do aqueduto para abastecimento do Município de Brasília de Minas.	Deputado Gil Pereira	5/10/2021
RQC 10.456/2021	Requer seja realizada visita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, no Rio de Janeiro, com a finalidade de discutir a oferta de financiamento a sistemas de energia solar fotovoltaicos com juros subsidiados para os diversos setores produtivos e residências, em especial de famílias de baixa renda.	Deputado Gil Pereira	5/10/2021
RQC 10.457/2021	Requer seja realizada visita à empresa Taesa, no Rio de Janeiro, com a finalidade de solicitar apoio técnico e financeiro para o projeto "Energia para Gerar Água", que tem por	Deputado Gil Pereira	5/10/2021

	objetivo equipar os poços tubulares coletivos no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Noroeste de Minas com placas fotovoltaicas.		
RQC 10.458/2021	Requer seja realizada visita à Empresa de Pesquisa Energética – EPE –, no Rio de Janeiro, com o objetivo de solicitar a agilização dos projetos de transmissão, subestações e linhas para o Estado, em especial para o Norte de Minas.	Deputado Gil Pereira	5/10/2021
RQC 10.548/2021	Requer seja encaminhado ao Ministério das Minas e Energia o documento "Demandas Empresariais Para a Efetiva Participação do Brasil e Minas Gerais", da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia – Abaque –, com foco no mercado do hidrogênio verde, apresentado à comissão durante o debate público Hidrogênio Verde em Minas Gerais, em 5/10/2021, como contribuição para o planejamento de ações e para a estruturação de políticas públicas para o desenvolvimento da referida cadeia produtiva.	Deputado Gil Pereira	5/10/2021
RQC 10.549/2021	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – o documento, apresentado à comissão na oportunidade do debate público Hidrogênio Verde em Minas Gerais, em 5/10/2021, "Demandas Empresariais para a Efetiva Participação do Brasil e Minas Gerais", da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia – Abaque –, com foco no mercado do hidrogênio verde, como contribuição para o planejamento de ações e a estruturação de políticas públicas para o desenvolvimento da referida cadeia produtiva.	Deputado Gil Pereira	5/10/2021
RQC 10.550/2021	Requer seja encaminhado ao governador do Estado o documento "Demandas Empresariais para a Efetiva Participação do Brasil e Minas Gerais", da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia – Abaque –, com foco no mercado de hidrogênio verde, como contribuição ao planejamento de ações e estruturação de políticas públicas para o desenvolvimento da referida cadeia produtiva (páginas 8 a 25), apresentado à comissão durante o debate público Hidrogênio Verde em Minas Gerais, em 5/10/2021.	Deputado Gil Pereira	5/10/2021
RQC 10.551/2021	Requer seja encaminhado à Presidência do Senado Federal o documento "Demandas Empresariais para a Efetiva Participação do Brasil e Minas Gerais", da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia – Abaque –, com foco no mercado de	Deputado Gil Pereira	5/10/2021

	hidrogênio verde, como contribuição ao planejamento de ações e estruturação de políticas públicas para o desenvolvimento da referida cadeia produtiva, apresentado à comissão durante o debate público Hidrogênio Verde em Minas Gerais, em 5/10/2021.		
RQC 10.553/2021	Requer seja encaminhada às autoridades e entidades que relaciona a Carta das Minas e Energias Gerais, elaborada a partir do debate público "Hidrogênio verde em Minas Gerais: a trilha do hidrogênio verde no estado das minas e energias gerais", realizado nesta Casa em 5 de outubro de 2021.	Deputado Gil Pereira	5/10/2021
RQC 10.552/2021	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que sejam revistos os prazos relativos ao processo de revisão tarifária extraordinária da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig –, conforme solicitação da Fiemg.	Deputado Gil Pereira	13/10/2021
RQC 10.527/2021	Requer seja formulado voto de congratulações com a Cemig SIM pelos dois anos de atuação no mercado de geração distribuída, universalizando e incentivando o uso da energia solar.	Deputado Gil Pereira	13/10/2021
RQC 10.830/2021	Requer seja realizada audiência de convidados para debater com o Sr. Carlos Alexandre Gonçalves da Silva, diretor-geral do Idene, os projetos e programas do órgão.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.817/2021	Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja dada prioridade para a ligação de energia aos projetos de energia fotovoltaica financiados pela Caixa Econômica Federal.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.816/2021	Requer seja realizada audiência pública para debater o mercado de carbono e suas potencialidades para o Brasil e especificamente para Minas Gerais.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.769/2021	Requer seja realizada audiência de convidados para debater possíveis soluções para o bombeamento dos mais de 3.000 poços artesianos perfurados em áreas remotas de Minas Gerais e que não funcionam por falta de energia.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.768/2021	Requer seja realizada audiência de convidados para debater as soluções existentes para armazenamento de energia e o potencial para desenvolver a cadeia produtiva em Minas Gerais.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021

RQC 10.767/2021	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam implementados, de forma gratuita, cursos de formação técnica para instalação e manutenção dos sistemas de energia fotovoltaica na Rede Uaitec, em parceria com outras instituições de ensino, a exemplo do que está sendo elaborado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.576/2021	Requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de providências para criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.575/2021	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.574/2021	Requer seja encaminhado ao presidente do Senado pedido de providência para criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.573/2021	Requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Regional pedido de providências para a criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.572/2021	Requer seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências para a criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária.	Deputado Gil Pereira	17/11/2021
RQC 10.902/2021	Requer seja encaminhado à Copasa pedido de providências com vistas à expansão da sua rede	Deputado Gil Pereira	23/11/2021

	de distribuição de água, por meio da implantação de uma subestação no Distrito Industrial 2, em Montes Claros, local onde será instalada uma unidade da Eurofarma e poderão a vir a ser instaladas outras indústrias no futuro.		
RQC 10.901/2021	Requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a expansão da sua rede de distribuição de energia, por meio da implantação de uma subestação no Distrito Industrial 2, em Montes Claros, onde será instalada uma unidade da Eurofarma e poderão vir a ser instaladas outras indústrias no futuro.	Deputado Gil Pereira	23/11/2021
RQC 11.507/2022	Requer seja realizada audiência pública para debater as inovações trazidas pela Lei Federal nº 14.300, de 2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE – e o Programa de Energia Renovável Social – PERS.	Deputado Gil Pereira	16/2/2022
RQC 11.501/2022	Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que, dentro do programa de eficiência energética, priorize a área mineira da Sudene na substituição de lâmpadas tradicionais por lâmpadas de LED.	Deputado Gil Pereira	16/2/2022
RQC 11.500/2022	Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que priorize as ligações de plantas solares de mini ou microgeração distribuída.	Deputado Gil Pereira	16/2/2022
RQC 11.499/2022	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a energização de poços artesianos com fontes renováveis, especialmente a solar, como forma de impulsionar a agricultura familiar na área de atuação do Idene.	Deputado Gil Pereira	16/2/2022
RQC 11.256/2021	Requer seja realizada visita conjunta com a Comissão de Minas e Energia à Usina de Hidrelétrica de Itumbiara, no Município de Araporã, para conhecer o projeto da Aneel que analisa a sinergia entre as fontes hidráulica e solar na produção de energia a partir do hidrogênio verde.	Deputado Gil Pereira	16/2/2022
RQC 11.949/2022	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a capacidade de geração de energia das plantas solares da Atlas Renewable Energy localizadas nas cidades de Pirapora e Várzea da Palma, bem como seus impactos socioeconômicos para a região.	Deputado Gil Pereira	31/3/2022
RQC 11.948/2022	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a capacidade de geração de	Deputado Gil Pereira	31/3/2022

	energia da planta solar da Brookfield localizada na cidade de Janaúba, bem como seus impactos socioeconômicos para a região.		
RQC 12.262/2022	Requer seja realizada visita à Usina Hidrelétrica de Itumbiara, no Município de Araporã, para conhecer o projeto da Aneel que analisa a sinergia entre as fontes hidráulica e solar na produção energia a partir do hidrogênio verde.	Deputado Gil Pereira	11/5/2022
RQC 12.261/2022	Requer seja realizada audiência de convidados para debater os impactos da Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3.102 na produção de energia solar no Estado, em especial no Norte de Minas Gerais.	Deputado Gil Pereira	11/5/2022
RQC 12.707/2022	Requerem seja realizada visita à Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – Absolar – e à Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD –, em São Paulo – capital, com a finalidade de discutir e conhecer projetos de expansão da produção de energias renováveis, especialmente para o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Noroeste de Minas.	Deputado Gil Pereira Deputado Tito Torres Deputado Betinho Pinto Coelho	21/6/2022
RQC 12.706/2022	Requerem seja realizada audiência de convidados para debater os resultados obtidos na Ilha de Policogeração Sustentável da Coppe-UFRJ e a possibilidade de implementação desse sistema no Norte do Estado de Minas Gerais.	Deputado Gil Pereira Deputado Tito Torres Deputado Betinho Pinto Coelho	21/6/2022
RQC 12.705/2022	Requerem seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a produção de energia a partir de fontes renováveis e seus impactos socioeconômicos para a região Norte de Minas Gerais.	Deputado Gil Pereira Deputado Tito Torres Deputado Betinho Pinto Coelho	21/6/2022